

18 JUL 1988

Cabral dá aval a emenda que permite a desapropriação de terra produtiva

Da Sucursal de Brasília

O relator do Congresso constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), 56, deu parecer favorável a uma emenda do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS)



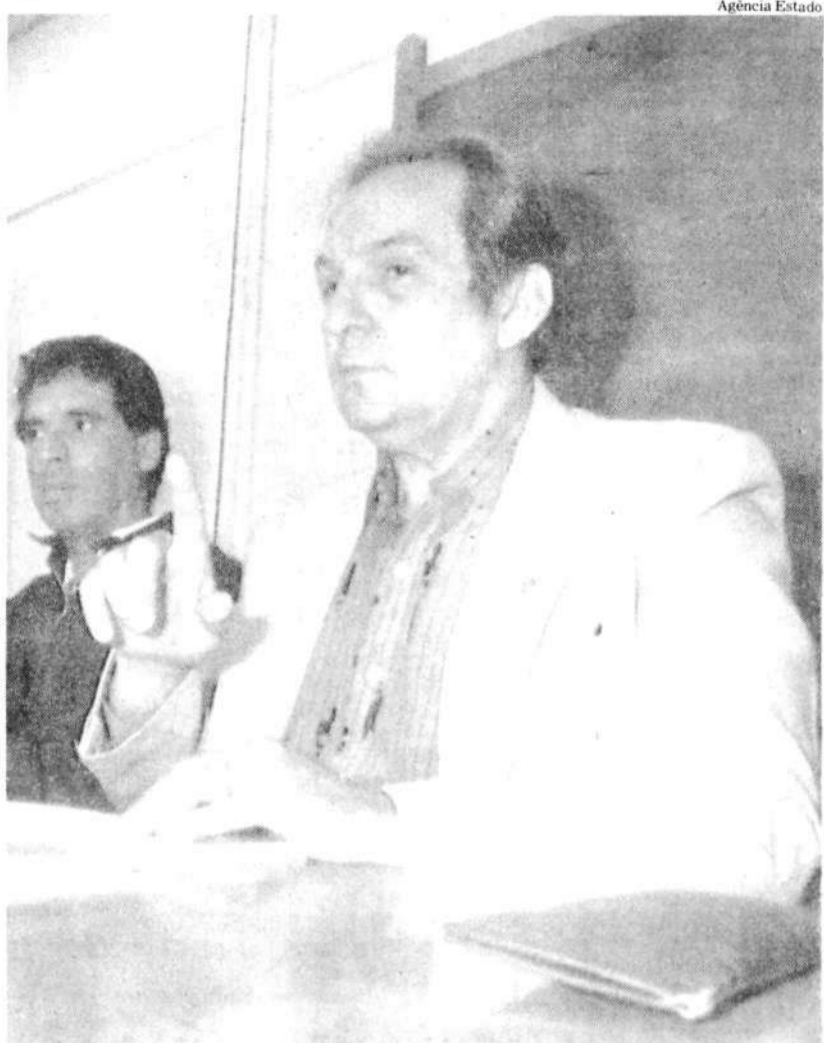
que permite a reforma agrária em terras produtivas. A emenda suprime o inciso II do art. 190 do projeto de Constituição, que prevê que as propriedades produtivas são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Também receberam parecer favorável as emendas que suprimem a anistia parcial às dívidas contraídas pelos micro e pequenos empresários e aos pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado. Cabral foi também favorável às supressivas à anistia das multas e juros de mora dos que estão em débito com o governo (devedores de impostos).

A relatoria concluiu ontem a elaboração dos pareceres às quase 1.800 emendas, que serão entregues no final da tarde de hoje, já impressos, ao presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. A votação em segundo turno começa no próximo dia 25.

Cabral deu parecer contrário às emendas que pretendiam suprimir o direito de voto aos 16 anos. Ele disse que considera o jovem de 16 anos suficientemente informado para saber em quem votar. Em consequência, deu parecer favorável a uma emenda que reduz a inimizabilidade penal para 16 anos. Ou seja, se a emenda for aprovada em plenário, as pessoas poderão ser responsabilizadas penalmente a partir dos 16 anos.

Nos capítulos sobre a Previdência e a Saúde, Cabral deu pareceres favoráveis a duas modificações: as instituições de previdência privada teriam direito a incentivos fiscais e



Fogaça e Cabral (dir.), depois de concluírem a análise das emendas supressivas

seria retirada a proibição de comercialização dos derivados do sangue. Também recebeu parecer favorável uma emenda que suprime o direito de aposentadoria dos funcionários públicos em qualquer época, sem limitação de tempo de serviço.

"Trem da alegria"

O "trem da alegria" (estabilidade dos servidores públicos civis da União, Estados, Distrito Federal e

municípios que tenham cinco anos de serviço) ficará como está, segundo Cabral. Ele disse que não havia emendas sobre o assunto e, se houvesse, receberiam parecer contrário, pois o dispositivo foi aprovado por acordo de lideranças.

Cabral deu ainda pareceres favoráveis às emendas que estendem o habeas-data (acesso a informações pessoais) a estrangeiros, permitem

Ulysses quer apressar votações do 2º turno

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, reúne-se quarta-feira com as lideranças partidárias para discutir formas de apressar a votação em segundo turno do projeto de Constituição. Ulysses propôs a adoção do "voto simbólico" (os líderes votam pelas bancadas) para as emendas de redação, que não alteram o conteúdo do texto (só a forma). Assim se poderia ganhar até 15 minutos em cada votação.

Ulysses vai sugerir também que os líderes promovam a união de emendas (como as fusões do primeiro turno), para que elas possam ser votadas em bloco. Para isto será preciso resumir em um só bloco emendas sobre um mesmo dispositivo. Por exemplo: funde-se em uma só emenda várias propostas de redação para determinado artigo.

Parecer do relator

Termina à meia-noite de hoje o prazo para a entrega dos pareceres do relator Bernardo Cabral às emendas do segundo turno.

A partir de então começa a contar o prazo de 48 horas para a apresentação de destaques, que dão às emendas o direito de serem votadas isoladamente pelo plenário.

As emendas que não forem destacadas serão votadas em bloco. A votação começa no dia 25.

a reeleição do presidente da Câmara e dão direito ao presidente da República de nomear um governador para o Distrito Federal, após ouvir o Senado (o mandato do atual governador, José Aparecido, termina no dia 15 de março do ano que vem e as eleições só serão realizadas em 15 de novembro). O relator manteve em sigilo sua decisão sobre as emendas relativas ao tabelamento dos juros reais em 12% ao ano.

Constituintes deixam Brasília para disputar eleições

BOB FERNANDES
Da Sucursal de Brasília

Estima-se que ultrapassadas as convenções partidárias, que tem prazo final em 14 de agosto, cerca de 90 parlamentares deixarão em segundo plano o Congresso constituinte para disputarem cargos de prefeito ou vice. A estes deve ser somada uma média de mais cem que faltaram com assiduidade nos 15 meses de trabalho. A falta de parlamentares para assinar emendas supressivas para o segundo e derradeiro turno é mais um indicio desfavorável.

"Que não se culpem as eleições. A Constituinte já poderia estar acabando e, se todos quiserem, até o final de agosto ela termina", diz o presidente do PSDB, senador Mário Covas (SP), que, como ex-líder do PMDB, enfrentou por 13 meses o problema do quórum. "Todas as estatísticas apontam para 90 a cem dos parlamentares concorrendo às eleições de novembro e não há como negar que isto, se não andarmos muito rápido, irá diminuir ainda mais as chances de modificar qualquer coisa pois não se terá os 280 votos a favor de uma posição", afirma Covas.

O deputado Basílio Villani (PTB-PR) terminou esta semana uma projeção estatística baseada nas votações até o primeiro turno. Diz que 468 foi a média exata de presentes nas sessões do primeiro turno. Anota que, destes, 236 votaram com o centro ou à direita, 160 ficaram à esquerda e 64 "flutuaram". Conclui Villani: "Com este quórum e esta divisão, dificilmente se mudará mais do que cinco ou seis temas", em segundo turno.

Villani, co-autor da emenda que deu cinco anos de mandato ao presidente José Sarney, catalogou 121 prefeituráveis entre os parlamentares. Observa ele, concordando com Covas, que após o afunilamento das convenções, este número deverá descer e oscilar entre 90 a cem. Há um mês, quando ainda não estavam estipuladas as regras e prazos para as eleições, eram 156 os candidatos.

Por dever de presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) estimula o comparecimento dos parlamentares, mas suas opiniões traem sua convicção real. O deputado imagina votar tudo até 20 de agosto, e sabe que, a partir desta data, tudo irá a plenário sem maiores chances de chegar ao quórum de 280. Há 15 dias, defendendo um PMDB unido no programa e na linguagem após a Convenção Nacio-



O deputado Artur da Távola (PSDB-RJ)

nal de 21 de agosto, Ulysses deixou escapar: "Como sabemos todos, sairemos diretamente da Convenção para os palanques."

Nos palanques, o PT deverá ter três candidatos constituintes. Os deputados Olívio Dutra, disputando a Prefeitura de Porto Alegre (RS), Virgílio Guimarães, em Belo Horizonte (MG), e Vitor Buaiz, em Vitória (ES). Ainda está indefinida a candidatura de Paulo Delgado à Prefeitura de Juiz de Fora (MG). Delgado não quer, mas o PT local o pressiona.

O PSB, se não integrar a frente de esquerdas, pode sair com a deputada Abigail Feitosa em Salvador (BA). O Partido Trabalhista Renovador (PTR) tem um único representante no Congresso constituinte, o deputado Messias Soares, candidato a prefeito de Duque de Caxias (RJ). O PCB, por ora, com a integração do deputado Roberto Freire à frente de esquerdas do Recife (PE), não tem nenhum dos seus três constituintes disputando prefeituras.

O PC do B tem o deputado Aldo Arantes candidato em Goiânia (GO) e a deputada Lidice da Mata candidata a prefeita ou vice pela frente de esquerdas em Salvador. Eduardo Bonfim, também deputado, é o candidato do partido em Maceió (AL). O PL tem como candidato a prefeito do Rio o deputado Álvaro Valle. Em São Gonçalo (RJ), José Carlos Coutinho poderá disputar o cargo.

Em João Pessoa (PB), o Partido Democrata Cristão (PDC) deverá ter como candidato o deputado João da Mata. O deputado Sotero Cunha é apontado pela assessoria do PDC em Brasília como candidato à Prefeitura



O deputado Olívio Dutra (PT-RS)

ra de Nova Iguaçu (RJ) e outro deputado, Miraldo Gomes, pode concorrer em Feira de Santana, na Bahia.

O PDT tem Roberto D'Ávila, deputado, candidato a vice-prefeito do Rio, Noel de Carvalho, também deputado, candidato em Rezende (RJ) e outro deputado, Juarez Antunes, sendo cotado para Volta Redonda (RJ). A assessoria do partido, na cidade do Rio de Janeiro, diz que o deputado Nelson Seixas pode sair candidato a prefeito ou vice em Rio Claro (SP).

O PTB tem três candidatos. Francisco Rossi, deputado, deve sair em Osasco (SP), segundo a liderança do partido em Brasília. Em São José dos Campos (SP), Joaquim Bevilacqua, que costuma ser apontado como deputado a caminho do PSDB, deve disputar a Prefeitura, de acordo com a liderança. O terceiro candidato é o deputado José Elias, que disputaria o cargo em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

O PDS, diz seu líder, deputado Amaral Netto (RJ), pode ter duas candidaturas a prefeito, embora isto ainda não esteja definido. Davi Alves Silva seria o nome em Imperatriz, no Maranhão, e Virgílio Galassi pode disputar em Uberlândia (MG).

O PFL tem duas candidaturas já postas. São os deputados Manoel Castro e Joaquim Francisco, que brigarão por Salvador e Recife. Tem ainda a deputada Lúcia Braga, apontada como candidata em João Pessoa, e pode ter outros três constituintes disputando em outros Estados. "A média é esta, mas ainda não temos um controle", diz o ex-deputado Djalma Bessa que, na



O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)

sede do partido, em Brasília, acompanha as eleições municipais.

O PSDB tem dois candidatos disputando uma vaga em Salvador, os deputados Jorge Hage e Virgildáσιο de Senna. Tem o deputado Saulo Queiroz candidato a prefeito de Cuiabá (MT), a deputada Cristina Tavares postulando uma vice no Recife e os deputados Pimenta da Veiga e José Serra fazem parte das listas de prefeituráveis dos "tucanos" em Belo Horizonte e São Paulo, embora nestes dois Estados o tema ainda esteja em definição.

No Rio, Artur da Távola, deputado, é o candidato do partido à Prefeitura. A deputada Beth Azeite poderá disputar em Manaus (AM). O senador José Ignácio Ferreira é tido como prefeiturável do PSDB em Vitória e o senador José Paulo Bisol pode encabeçar uma chapa do tucano ou ser vice de Olívio Dutra, do PT, em Porto Alegre (RS).

Ainda pelo PSDB, o deputado Renan Calheiros é o prefeiturável em Maceió (AL), com apoio do governador Fernando Collor de Mello. A deputada Rose de Freitas, como o senador Ignácio, pode disputar Vitória. O PMDB, informa seu líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, candidato a prefeito de Porto Alegre, como o são também os deputados Antonio Brito e Mendes Ribeiro, "não tem um controle de quem será ou não o candidato. O que se pode arriscar é uma média".

Por esta média, dos 247 parlamentares do PMDB no Congresso constituinte, entre 50 e 60, a depender dos resultados das convenções do partido, poderão abandonar os trabalhos constituintes para disputar os cargos de prefeito ou vice.